

## **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

### **REQUERIMENTO Nº       , DE 2007 (Do Sr. Rogério Lisboa)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater os gargalos do licenciamento Ambiental no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno, que ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; o Sr. João Carlos França de Luca, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo – IBP; e o Sr. Luiz André Rico Vicente, Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Neste momento em que o governo conclama o segmento empresarial, por intermédio do PAC, a aumentar seus investimentos no País, é importante o poder público ser confrontado com os gargalos que ele mesmo cria no processo de regularização dos empreendimentos produtivos.

Um dos principais obstáculos ao crescimento econômico do país atualmente diz respeito ao licenciamento ambiental. Sem exagero, pode-se afirmar que em alguns Estados o sistema se tornou tão lento e burocrático que a obtenção de uma licença para iniciar ou ampliar uma atividade pode levar anos. Esta morosidade aumenta a percepção de risco e muitas vezes faz com que os empreendedores mudem de local, de país ou até mesmo abandonem os projetos de investimento.

De acordo com levantamento feito pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), somente nos setores de energia e transporte, o país registrava uma perda superior a R\$ 28 bilhões, a longo e médio prazo, em investimentos privados nacionais e estrangeiros, devido à demora nas análises dos projetos ou falta de decisão em laudos de licenciamento ambiental.

Diante deste cenário, faz-se mister identificar alternativas para desobstruir um dos principais gargalos para o crescimento da economia, sem pôr em risco a preservação dos recursos naturais. A previsibilidade do processo é o principal objetivo a ser alcançado para tornar o licenciamento ambiental um real instrumento da democracia, da competitividade ética, da transparência e do desenvolvimento sustentável. O que o setor produtivo reivindica não é o abrandamento de qualquer procedimento ligado à preservação ambiental, mas apenas a aplicação de uma rotina que, cumprindo as exigências legais, assegure que os investimentos possam ser realizados em tempo compatível com a dinâmica dos negócios.

De forma a permitir que os parlamentares da CME formem uma opinião consistente sobre o tema, além das entidades do governo diretamente envolvidas no licenciamento ambiental, qual sejam, o MME, o IBAMA e o CONAMA, na audiência, deverão ser ouvidos representantes das empresas dos setores de petróleo, siderurgia e energia, cujas características apresentamos de forma resumida a seguir. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP, é uma organização privada de fins não econômicos com 50 anos de atuação, que conta hoje com 222 empresas associadas, e tem seu foco na promoção do desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás, visando uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável.

- Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS, fundado em 31 de maio de 1963, tem como objetivo congrega e representar as empresas siderúrgicas brasileiras, defender seus interesses e promover seu desenvolvimento.
- O Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, é a entidade nacional representativa das empresas e instituições que atuam na indústria da mineração.
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, fundado em 1997, é uma coalisção dos maiores e mais expressivos grupos empresariais do Brasil que respondem por 40% do PIB nacional e geram mais de 600 mil empregos diretos. Tem como missão criar condições no meio empresarial e nos demais segmentos da sociedade para que haja uma relação harmoniosa entre essas três dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental.

Assim, diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento e a conseqüente realização da audiência pública proposta, que consideramos urgente e de extrema relevância para o desenvolvimento sustentável da economia nacional.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

**Deputado ROGÉRIO LISBOA**